

A Volta Grande do Xingu

Recentemente, foi noticiado que a Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama solicitou à usina hidrelétrica de Belo Monte uma nova proposta para a partilha da água do rio Xingu entre dois trajetos. O primeiro corresponde ao percurso natural do rio pela Volta Grande do Xingu (VGX), um trecho de aproximadamente 130 quilômetros de extensão. O segundo é o canal artificial que desvia parte da água do início da VGX até a usina. Após passar pelas turbinas e gerar energia elétrica, essa água é devolvida ao leito natural do rio, já no final da VGX.

Esse desvio, que ocorre principalmente durante a estação chuvosa, reduz o fluxo de água na VGX em relação ao que seria observado na ausência da usina.

À primeira vista, a diminuição da intensidade das cheias — e, conseqüentemente, das áreas inundadas nas margens da VGX — poderia ser interpretada como um efeito positivo da usina. No entanto, a percepção dos ribeirinhos, incluindo comunidades indígenas, parece ser oposta. Eles relatam impactos negativos na reprodução de peixes, na vegetação antes inundada e na navegabilidade do rio.

Não é possível afirmar com certeza se esse sentimento, amplamente divulgado por entidades de defesa ambiental, representa a percepção de toda a população local. É razoável supor que parte dos moradores tenha vivenciado melhorias em sua qualidade de vida com a chegada da usina, em função dos vultosos investimentos socioambientais realizados para atender às condicionantes do licenciamento. Ainda assim, é inegável que uma parcela da população permanece insatisfeita.

O cenário revela um aparente conflito entre os que defendem o interesse público — a preservação ambiental e o modo de vida dos ribeirinhos — e os que representam os interesses privados dos proprietários da usina. Contudo, essa visão é limitada, pois ignora que a produção por fonte renovável de energia elétrica para o desenvolvimento econômico e social de todos os brasileiros também constitui uma forma legítima de atender ao interesse público.

É fundamental buscar soluções que mitiguem os impactos negativos sobre a população local. Por exemplo, se o problema é a redução das áreas inundadas, por que não retomar a proposta de construção de soleiras vertentes em pontos estrategicamente escolhidos? Essas estruturas criariam remansos, mantendo algumas passagens desobstruídas para garantir o deslocamento fluvial das comunidades.

O que não faz sentido é tratar o tema como se apenas os interesses locais estivessem em jogo, ignorando que reduzir a geração de energia pela usina compromete a confiabilidade do sistema elétrico nacional. Em termos práticos: se Belo Monte produzir menos, outras hidrelétricas do sistema interligado precisarão compensar, esvaziando os seus reservatórios e diminuindo as respectivas potências devido à redução da queda de água. No pico do consumo — ao anoitecer —, mais usinas termoelétricas terão que ser acionadas (emitindo gases que causam o efeito estufa), o que pode não ser suficiente para evitar blecautes em todo o país.

Como se vê, trata-se de uma questão que envolve o uso múltiplo dos recursos hídricos — uma competência legal da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e não do Ibama.

mercado

A Volta Grande do Xingu

Não faz sentido tratar tema como se só os interesses locais estivessem em jogo

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Recentemente, foi noticiado que a Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) solicitou à usina hidrelétrica de Belo Monte uma nova proposta para a partilha da água do rio Xingu entre dois trajetos. O primeiro corresponde ao percurso natural do rio pela Volta Grande do Xingu (VGX), um trecho de aproximadamente 130 quilômetros de extensão. O segundo é o canal artificial que desvia parte da água do início da VGX até a usina. Após passar pelas turbinas e gerar energia elétrica, essa água é devolvida ao leito natural do rio, já no final da VGX.

Esse desvio, que ocorre principalmente durante a estação chuvosa, reduz o fluxo de água na VGX em relação ao que seria observado na ausência da usina.

A primeira vista, a diminuição da intensidade das cheias — e, consequentemente, das áreas inundadas nas margens da VGX — poderia ser interpretada como um efeito positivo da usina.

No entanto, a percepção dos ribeirinhos, incluindo comunidades indígenas, parece ser oposta. Eles relatam impactos negativos na reprodução de peixes, na vegetação antes inundada e na navegabilidade do rio.

Não é possível afirmar com certeza se esse sentimento, amplamente divulgado por entidades de defesa ambiental, representa a percepção de toda a população local. É razoável supor que parte dos moradores tenha vivenciado melhorias em sua qualidade de vida com a chegada da usina, em razão dos vultosos investimentos socioambientais realizados para atender às condicionantes do licenciamento. Ainda assim, é inegável que uma parcela da população permanece insatisfeita.

O cenário revela um aparente conflito entre os que defendem o interesse público — a preservação ambiental e o modo de vida dos ribeirinhos — e os que representam os interesses privados dos proprietários da usina. Contudo, essa visão é limitada, pois ignora que a produção por fonte renovável de energia elétrica para o desenvolvimento econômico e social de todos os brasileiros também constitui uma forma legítima de atender ao interesse público.

É fundamental buscar soluções que mitiguem os impactos negativos sobre a população local. Por exemplo, se o problema é a redução das áreas inundadas, por que não retomar a proposta de construção de soleiras vertentes em pontos estrategicamente escolhidos? Essas estruturas criariam remansos, mantendo algumas passagens desobstruídas para garantir o deslocamento fluvial das comunidades.

O que não faz sentido é tratar o tema como se apenas os interesses locais estivessem em jogo, ignorando que reduzir a geração de energia pela usina compromete a confiabilidade do sistema elétrico nacional. Em termos práticos: se Belo Monte produzir menos, outras hidrelétricas do sistema interligado precisarão compensar, esvaziando os seus reservatórios e diminuindo as respectivas potências devido à redução da queda de água. No pico do consumo — ao anoitecer —, mais usinas termoeletricas terão que ser acionadas (emitindo gases que causam o efeito estufa), o que pode não ser suficiente para evitar blecautes em todo o país.

Como se vê, trata-se de uma questão que envolve o uso múltiplo dos recursos hídricos — uma competência legal da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico), não do Ibama.

Se Belo Monte produzir menos, outras hidrelétricas do sistema interligado precisarão compensar, esvaziando os seus reservatórios e diminuindo as respectivas potências devido à redução da queda de água



Javier Milei e sua irmã, Karina, em evento de campanha eleitoral. Juan Mabromata - 27 ago. 25 / AFP

Argentina intervirá no câmbio para estabilizar peso após denúncias sobre irmã de Milei

Governo toma medida após moeda desvalorizar e rendimentos de títulos soberanos caírem; tentativa é evitar aprofundamento da crise

SÃO PAULO E BUENOS AIRES O Tesouro da Argentina afirmou que irá intervir no mercado de câmbio, enquanto os ativos do país afundam em meio a uma série de reverses políticos e econômicos para o presidente argentino, Javier Milei, antes de uma votação crucial neste domingo (7).

A decisão é uma reviravolta para o governo, que repetidamente celebrou o peso flutuando livremente dentro de bandas estabelecidas, e dá continuidade aos esforços do governo para estabilizar a taxa de câmbio.

As autoridades aumentaram drasticamente as taxas de juros para rolagem de mais dívida pública, elevando repetidamente as exigências de reservas e aumentaram as restrições cambiais aos bancos.

O secretário de Finanças, Pablo Quirno, postou em sua conta no X nesta terça que o Tesouro atuará no mercado de câmbio para contribuir com sua "liquidez e funcionamento normal".

Os títulos soberanos despencaram com títulos com vencimento em 2035 caindo US\$ 0,016, negociando no nível mais baixo desde abril, segundo dados indica compilados pela Bloomberg.

A moeda caiu 1,6%, reduzindo perdas anteriores de até 2,8% em comparação com o fechamento de sexta-feira (28).

No âmbito do acordo da Argentina com o FMI (Fundo Monetário Internacional), o governo se comprometeu a não comprar moeda estrangeira a menos que o dólar atingisse o piso da banda de flutuação — cerca de 951 pesos argentinos atualmente — nem vender a menos que excedesse o teto, de 1.471 pesos.

Para alguns analistas, o dólar nunca flutuou totalmente, mas tinha o que descrevem como flutuação "suja", já que o governo interveio diversas vezes no dólar futuro, quando o dólar se aproximou do patamar de 1.300 pesos. Os últimos movimentos também alimentaram a desconfiança do mercado, já que há pouco mais de um mês Milei havia dito que o câmbio estaria próximo ao piso da banda, em cerca de 600 pesos, o que não aconteceu.

O governo tem lutado para aliviar a pressão sobre a moeda enquanto enfrenta denúncias de corrupção antes da eleição na província de Buenos Aires marcada para domingo (7).

Áudios atribuídos a Diego Spagnuolo, ex diretor da Andis (Agência Nacional para Pessoas com Deficiência), apontam que a irmã de Milei, Karina, se beneficiaria de suposto esquema de propinas junto com seu assessor mais próximo, Eduardo Lule Menem.

Karina cobraria, segundo o relato, 3% da propina paga pela Drograria Suizo Argentina — empresa responsável pela distribuição dos medicamentos. Spagnuolo, que era advogado pessoal de Milei e próximo ao presidente, foi demitido da agência.

“

A maioria dos investidores vê este ciclo eleitoral como um referendo sobre o desempenho de Milei

Walter Stoppelwerth
diretor da Grit Capital Group

Na segunda, um juiz federal da Argentina proibiu que meios de comunicação publiquem gravações feitas na Casa Rosada.

A divulgação da denúncia "é um exemplo da fragilidade da confiança dos investidores mesmo após pouco mais de 18 meses da presidência de Milei", avaliou Walter Stoppelwerth, diretor de investimentos da corretora local Grit Capital Group, em um relatório na terça-feira.

"A maioria dos investidores vê este ciclo eleitoral como um referendo sobre o desempenho de Milei nos primeiros dois anos", destacou Stoppelwerth.

Outro revés para a administração veio da eleição na província de Corrientes, no último domingo (31), na qual o candidato apoiado pelo governo terminou em quarto lugar. O desempenho abaixo do esperado confirmou os temores de que a estratégia do presidente de competir em eleições locais sem formar alianças tem o potencial de fracassar.

Agora, a atenção se volta para a votação de domingo na província de Buenos Aires, que representa quase 40% da população do país e tem votado consistentemente no movimento peronista da oposição. Está sendo visto pelos investidores como sinal-chave do que está por vir em outubro, quando a Argentina vai às urnas renovar grande parte do Congresso.

Estrategistas do Morgan Stanley consideram as eleições "um obstáculo de curto prazo para a economia, reformas e mercado", mas ainda veem avaliações atraentes, já que o impulso de reformas não parece estar precipitado. Com Douglas Gavras e Bloomberg